

O ENSINO DA LÍNGUA MATERNA EM UMA COMUNIDADE MACUXI

Rainya Carvalho de Oliveira (UERR)

rainyacarvalho@gmail.com

Josiane da Silva Sabino (UERR)

anny_sabino@hotmail.com

Maria do Socorro Melo Araújo (UERR)

araujomsocorro@gmail.com

RESUMO

Neste estudo fazemos uma reflexão sobre como se desenvolve o ensino da língua macuxi em uma escola indígena, cuja primeira língua hoje pode ser considerada a língua portuguesa) e a língua de origem da etnia é a língua macuxi. A pesquisa desenvolveu-se na comunidade indígena Água Fria, localizada no extremo norte brasileiro, na terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, estado de grande diversidade linguística e cultural. Procuramos acomodar o estudo no campo da linguística aplicada, porque tratamos de abordagem sobre o ensino de línguas e especialmente em contexto social indígena. Para melhor compreensão do tema, foram revistos de forma breve conceitos de bilinguismo, plurilinguismo, cultura e identidade. Este trabalho está fundamentado especialmente em teorias de Moita Lopes (1996), Celani (1992), Bagno (2002), Maher (2005), Freitas (2013), assim como trouxemos princípios norteadores para esse ensino a partir dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998) para o terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Este estudo é resultado de uma pesquisa de campo de natureza qualitativa que buscou uma reflexão acerca do ensino de língua indígena com base na realidade social e linguística da comunidade. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados o questionário e entrevista com um professor indígena da comunidade. Embora de maneira incipiente, a pesquisa mostrou que há uma preocupação por parte do colaborador em manter a língua e a cultura indígena de seu povo.

Palavras-chave: Linguística aplicada. Língua materna. Comunidade indígena

1. Introdução

Motivada por um contexto de diversidade étnica, cultural e linguística, a reflexão a seguir tem intuito de discutir sobre o ensino da língua materna¹⁷⁰ em uma comunidade indígena macuxi, localizada na zona rural do município de Uiramutã – RR. Com o desenvolvimento da pesquisa o foco voltou-se também para uma discussão bastante complexa, que envolve língua, cultura e identidade. A comunidade indígena Água

¹⁷⁰ Língua materna neste texto refere-se à língua portuguesa.

Fria teria como língua materna a língua portuguesa ou a língua macuxi? Notamos que na comunidade, embora de etnia macuxi, os seus habitantes atuais, em sua maioria, não dominam a língua indígena, mas estão aprendendo na escola.

O estado de Roraima está localizado no extremo norte do Brasil, possui uma grande área de terras indígenas onde habitam entre outras as etnias: macuxi, taurepang, ingaricó, uapixana, ianomâmi, iecwana, patamona e uaiimiri-atroari, a circulação de índios por todos os lugares do estado, da mesma forma que a circulação de não-índios nas comunidades indígenas é muito comum em Roraima, esse movimento social faz com que as culturas e as línguas se misturem e sejam facilmente observadas, como no próprio topônimo que dá nome ao estado “Roraima” que tem origem em línguas indígenas. Segundo Magalhães (1986, p. 64), para o topônimo há três origens, “*Tori*– caju / ima – serra: Roraima seria Serra do caju. *Rorá* – verde / ima – grande: logo, Verde monte. *Rorô* – papagaio / significado, O pai dos papagaios”.

Demos início ao texto com um tênue estudo sobre linguística aplicada, com o intuito de justificarmos a introdução da pesquisa nesse campo de linguística aplicada. Seguimos levantando uma reflexão sobre o próprio tema do estudo de linguagem, procurando mostrar como a comunidade saiu, em algum tempo de sua história, do domínio da língua indígena para a língua portuguesa. A transformação social e linguística, resulta hoje no ensino de língua macuxi na escola da comunidade que fala em geral em língua portuguesa.

Para compreendermos a preocupação com o ensino da língua originária da etnia da comunidade em referência, buscamos conceitos básicos, mesmo de forma breve, de bilinguismo e plurilinguismo, cultura e identidade. Depois, fomos à reflexão propriamente dita tomando como fonte primeira o ponto de vista do colaborador, professor de língua macuxi e membro da comunidade.

Trouxemos nas considerações do presente trabalho alguns pontos mostrados pela pesquisa que merecem atenção de estudiosos, por exemplo, a vontade do nosso colaborador de ver o seu povo falando a própria língua, porque para ele é muito importante não deixar que os falantes de macuxi se extenuem.

2. Breve história da linguística aplicada

Antes de tudo, sentimos necessidade de conhecer um pouco sobre linguística aplicada, forte alicerce para fundamentação deste artigo. O termo linguística moderna definido como a ciência que estuda os fatos da linguagem defendido pelo suíço Ferdinand de Saussure, em sua obra *Curso de Linguística Geral*, em 1916, antecedeu os estudos de linguística aplicada, esses revelam-se como parte daquela ciência e aplicam os conceitos linguísticos no aperfeiçoamento da comunicação humana, como no caso do ensino das diferentes línguas.

A linguística aplicada começou a circular entre os membros da comunidade acadêmica nos Estados Unidos, a partir dos anos 40 do século XX. Em 1946 a linguística aplicada foi oficialmente reconhecida como disciplina da Universidade de Michigan (língua inglesa) sob orientação dos professores Fries e R. Lado (BOHN, 1988, p. 34), surgindo os “teacher’s trainers”, professores responsáveis pela formação de professores da língua inglesa. A metodologia era aplicação e desenvolvimento de teorias linguísticas em seus estudos e no ensino de línguas, os quais assumiram um papel relevante na definição do termo da linguística aplicada e na sua divulgação do conhecimento. Dessa forma a linguística aplicada foi se desenvolvendo para além das aplicações das teorias linguísticas, e deu início à produção de suas próprias teorias sobre o ensino de línguas.

Moita (1996, p. 48) afirma que uma das tarefas mais importantes da linguística aplicada no Brasil é anunciar a sua natureza como ciência de investigação, sobretudo depois da criação de programas de pós-graduação em todo o país, exemplo disso é a Associação de Linguística Aplicada no Brasil (ALAB/ 1990), Recife – PE.

O linguista aplicado é aquele que:

está mais sensível às questões sociais, culturais e políticas. Ele começa a assumir projetos pedagógicos, políticos e morais para tentar propor saídas para problemas de linguagem no mundo real e mudar as circunstâncias de desigualdades. (DAMIANOVIC 2005, p. 62).

Com isso, entendemos linguística aplicada como uma área interdisciplinar, que assume seus próprios princípios, considerando experimentos e sugerindo modificações para soluções de problemas. Segundo Celani (1992, p. 19), ela é tomada como ponto "onde o estudo da linguagem se intersecciona com outras disciplinas".

Essa visão envolve muito mais que uma área do conhecimento, exige interações com outras disciplinas, por exemplo a antropologia, so-

ciologia, filosofia, entre outras, com a finalidade de criar relações coesas entre os saberes. É dentro desse embasamento teórico-metodológico que se desenvolve o estudo contemporâneo acerca da caracterização da linguística aplicada.

3. Da etnia macuxi à língua materna português

Entendemos por língua materna, a língua que um falante aprende em primeiro lugar, comumente tem referência com o grupo étnico-linguístico do indivíduo, com seu ambiente natural de aquisição, a família. O falante tem autonomia e fala mais espontaneamente, porque utiliza esse sistema, desde muito cedo, para expressar-se e compreender a expressão de seus interlocutores. A língua natural não é a única forma de expressão criada pelo homem, no entanto, envolve uma dimensão representativa de cultura, em que os sentidos são compartilhados entre os seus falantes no mesmo espaço.

Considerando que a comunidade em estudo tem a língua portuguesa como primeira língua, embora seja de etnia macuxi, faz jus lembrarmos que o Brasil é um dos oito países do mundo onde a língua portuguesa é a língua oficial, portanto majoritária nesse contexto.

No Brasil, o ensino de língua materna tem como norte os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, nos quais há um volume dedicado ao ensino das habilidades de linguagens, incluindo a leitura e a escrita, como parâmetro mínimo para cada um dos níveis de educação no país, o que nos leva a entender que a língua materna ocupa espaço de relevo nessa fase. (FERRAREZI, 2008, p. 18).

É através do ensino da língua que as escolas padrões, indígenas ou não, em todo o país, podem reconhecer, valorizar e respeitar a diversidade linguística e cultural existentes. Podemos perceber que a língua é o meio mais forte de transmissão de cultura que identifica um determinado povo, assim, a cultura é expressa através da língua. É fácil de observar empiricamente que as pessoas usam uma língua, ou suas variedades para falar ou mostrar a outras pessoas que são diferentes e que têm uma identidade própria.

4. Conceitos básicos para compreensão

4.1. Bilinguismo e plurilinguismo

Os conceitos de bilinguismo e plurilinguismo são bastante complexos e têm sido foco de discussões nas últimas décadas pelos estudiosos do tema, por isso partimos do conceito de bilinguismo para Bloomfield (1933, *apud* HAMERS & BLANC, 1989) que definiu o termo como controle de duas línguas pelo falante de forma equivalente ao controle do falante nativo destas mesmas línguas. Assim, a definição de bilíngue é aquela em que o indivíduo pode possuir ou falar duas línguas, no entanto, esta pessoa pode também escolher ser monolíngue.

O termo bilinguismo, também se refere ao uso de mais de uma língua em uma comunidade, fato muito comum nas comunidades indígenas, o que nos leva a concluir que essa língua tem uma representatividade própria, regional e social.

Diante disso o bilíngue deve atentar para as qualidades de suas funções, ou seja, as exigências de cada língua que se modificam com o tempo, fazendo com que esse bilíngue também busque a modificação para melhor se desempenhar no comportamento de sua fala.

Para plurilíngue, tomamos a definição de Dubois (2011, p. 470)

Diz-se que um falante é plurilíngue quando utiliza no seio de uma mesma comunidade várias línguas conforme o tipo de comunicação (em sua família, em suas relações sociais, em suas relações com a administração etc.). diz-se de uma comunidade que ela é plurilíngue quando várias línguas são utilizadas nos diversos tipos de comunicação.

Os conceitos se aproximam e alguns autores consideram “o bilinguismo o caso mais corrente de plurilinguismo” (DUBOIS, 2011, p. 87). Os conceitos levam-nos à compreensão de que junto com a língua, estão também os possíveis problemas psicológicos e sociais que se enfrentam no uso plurilinguismo, por exemplo o valor negativo ou positivo advindo de uma ou de outra língua em uso.

Partindo desse princípio, o *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas* (2002, p. 11), diz que:

As populações e as escolas indígenas convivem com várias situações diferentes de multilinguismo [...]. Não é raro encontrar, numa aldeia, indivíduos monolíngues em língua indígena, monolíngues em língua portuguesa, bilíngues/multilíngues ativos (a pessoa entende e fala duas ou mais línguas) e bilíngues/multilíngues receptivos (a pessoa entende duas ou mais línguas, mas não fala todas elas).

De acordo com os conceitos estudados, podemos considerar o Brasil um país multilíngue, já que temos um número bastante grande de línguas indígenas estruturadas e em uso por falante nativos, por exemplo os índios das etnias ingaricó e ianomâmi, entre outros, em Roraima.

A língua indígena falada no Brasil, pode se apresentar de diferentes maneiras em cada comunidade, assim como a língua portuguesa, com variações de diversos tipos. Mas tão importante quanto saber da existência de variações linguísticas, é procurar saber como o ensino dessas línguas está sendo feito dentro das escolas indígenas, as quais, em sua maioria, estão localizadas em espaços comunidades indígenas onde a língua majoritária é a língua portuguesa.

Sabemos que não há como pensar o lugar e a função de uma língua indígena no currículo escolar sem, necessariamente considerar a relação estabelecida entre essa língua e a língua portuguesa. E, vimos assim procedendo: nosso conhecimento sobre bilinguismo, enquanto fenômeno social, tem servido de alicerce para nossas discussões e ações no campo da educação escolar indígena (MAHER, 2005, p. 97)

A reflexão que fazemos recai também sobre os impactos sociais causados pelas mudanças linguísticas visto que em comunidades indígenas como este *locus* de nossa pesquisa já não existem praticamente falantes nativos da língua indígena macuxi.

4.2. Identidade e cultura

O fato do indivíduo se reconhecer como parte de um grupo cujo conjunto de caracteres particular o personifica é o que entendemos ser sua Identidade. Embasamo-nos na visão de Hall (2005), a identidade na época da modernidade era única, com o passar do tempo ela tornou-se instável, assim o indivíduo assume várias identidades e em determinadas circunstâncias da vida.

Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. (HALL, 2005, p. 13).

A capacidade de maleável que caracteriza a identidade pode ser vista também nos vários grupos étnicos e em suas diferentes formas,

[...] a identidade é produto de contraste e é, portanto, dialógica e dinâmica. Se os europeus inventaram os “índios”, as inúmeras e distintas populações com as quais passara a se relacionar foram obrigadas a se enquadrar nesta nova categoria e se apropriar dela de forma particular. Portanto, os “índios” tinham

“existência concreta” e passaram a agir e se autodenominar como tais. Além do enquadramento na visão que deles se tinha, afirmaram a sua diferença por contraste àqueles com quem foram forçados a conviver. (CARVALHO JÚNIOR, 2005, p.1).

Para os indígenas assim como para os não-índios a identidade está nos ideais, na natureza do dia-a-dia, em cada indivíduo que faça parte de uma família ou de um grupo específico, dando-lhe sentido e valores. Nesse contexto, é possível através de uma identificação reconhecer a diversidade cultural dos povos perante a dimensão da sociedade. Por isso, nesse estudo é importante assegurarmos do que diz o artigo 215 do Programa Parâmetros em Ação Educação Escolar Indígena: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. (*Direitos Indígenas na Constituição Federal*, 1988, p. 16)

A cultura, por sua vez, resulta em uma história particular de há relações com outras culturas, ou seja, cada comunidade é repleta de valores culturais, que são transmitidos por várias gerações. Naturalmente, através da cultura se pode identificar como vive o povo de um determinado lugar.

5. Caminhos da pesquisa

A pesquisa pode ser classificada como descritiva, porque buscou os traços característicos da sociedade linguística em estudo, apresentando caráter qualitativo do objeto pesquisado, por meio dele que os dados são coletados. (MANNING, 1996, p. 668).

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível. (CHIZZOTTI, 2006, p. 1).

Com isso, observa-se que a pesquisa qualitativa tem uma característica de não mensuração dados, pois o sujeito e os eventos são elementos indissociáveis.

Buscamos a obter informações sobre a língua materna e língua macuxi, mediante aplicação de um questionário, contendo 10 (dez) perguntas abertas, que foram ampliadas por meio de entrevista informal com um professor indígena da comunidade.

6. Algumas reflexões sobre a comunidade Água Fria e o ensino da língua macuxi

Antes da chegada dos brancos a Roraima, naturalmente existiam mais povos indígenas do que hoje. Atualmente existem alguns grupos étnicos já citados anteriormente, cujas línguas são específicas para cada povo, ou seja, cada etnia tem sua própria língua. Os historiadores relatam que depois, com a chegada dos brancos, houve uma forte pressão sobre os modos de vida dos indígenas, o que os levou a grandes mudanças no comportamento, cultura, identidade e principalmente na língua (FREITAS, 2001).

A partir dos dados coletados prosseguiremos com a reflexão embasados pelo ponto de vista de nosso colaborador. Começamos pela formação histórica de Água Fria, segundo o relato, a comunidade era uma vila formada por fazendeiros e garimpeiros, atualmente é habitada por indígenas das etnias, macuxi e ingaricó e está localizada na zona rural do município de Uiramutã, a 375 km de Boa Vista – RR.

Para ele o número de índios que falam a língua portuguesa teve um aumento significativo na comunidade, o que considera “algo preocupante para os poucos que ainda falam língua macuxi, os anciãos”. Segundo o colaborador, nessa comunidade há uma escola, que atende a alunos de duas etnias, macuxi e ingaricó. A escola pode ser vista sobretudo como um dos primeiros grupos sociais, após a família, do qual a criança passa a fazer parte, por isso, é natural que lá seja também um prosseguimento da sociedade familiar, neste caso coerentemente com a oferta de ensino das duas línguas das etnias que compõem a comunidade. O professor de língua indígena na comunidade pertence à etnia da qual é professor de língua, respectivamente, o que mostra coerência entre o uso e o ensino da língua na escola.

O nosso colaborador descreveu a escola como sendo um segmento comum às demais escolas da capital, Boa Vista, e oferece ensino de pré-escola (prefeitura), ensino fundamental, ensino médio e educação para jovens e adultos – EJA (Estado). Os horários de aulas estão distribuídos da seguinte maneira: pré-escola e fundamental I, pela manhã, fundamental II à tarde e durante a noite o ensino médio e a educação de jovens e adultos (EJA). Da mesma forma atende também a alunos de oito comunidades próximas. A escola, “foi fundada em 1972, quando ainda era vila, e os habitantes indígenas eram poucos, hoje a vila se transformou em comunidade e a escola, passou da condição de escola estadual para escola

estadual indígena”, informou ainda que o ensino de línguas indígenas na escola contempla as duas etnias que constituem a comunidade.

O ensino de língua indígena na escola é equivalente à carga horária da língua portuguesa, ou seja, são ministradas⁴ (quatro) horas aula semanais, respaldado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, seção III – Do Ensino Fundamental, em seu artigo 32, § 3º, que diz: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem (LDB, 1996, p. 23).

Por seguinte, é de interesse reforçar que no Título VIII – Das Disposições Gerais, relata que o sistema de ensino da união, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolve programas integrados de ensino e pesquisa, para a oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, como pode ser constatado no artigo 78:

I – Proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II – Garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias.

É importante lembrar de alguns dos objetivos gerais do ensino fundamental, segundo os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (2008):

Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro para si o mesmo respeito;

Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas.

Conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País.

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos sócio culturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais.

Nesse sentido, o Parecer 14/99 do Conselho Nacional de Educa-

ção (1999, p. 49), relata que: “Estima-se que existam hoje aproximadamente 1.500 escolas em áreas indígenas, atendendo uma população educacional com 70 mil alunos matriculados nos primeiros ciclos do ensino fundamental”.

Diante do exposto cabe ainda informar que, segundo o nosso colaborador, alguns índios de Roraima deixaram de falar a língua materna macuxi, e passaram a falar somente a língua portuguesa, prática cada vez mais dominante na vida desses indígenas. No entanto, vale explicar que para alguns indígenas a língua materna é realmente a língua portuguesa e não a língua macuxi, tendo em vista que os indígenas mais jovens já não falam a língua macuxi como primeira língua, mesmo tendo sido esta língua originária da referida comunidade. Entendemos que a língua macuxi já não é mais a língua materna para a maioria dos atuais indígenas daquela comunidade.

A seguir, parte da resposta do nosso colaborador ao ser indagado: “qual a língua materna da comunidade, ou seja, a primeira língua a ser ensinada na comunidade (língua portuguesa ou macuxi)?” e “qual a língua que os índios dominam?”

Posso dizer que são três as línguas maternas. A língua portuguesa, língua macuxi e a língua ingaricó. Pois alguns aprendem a falar o português primeiro e outros, primeiro as línguas indígenas [...] Essa resposta varia, pois tem alguns que dominam apenas o português, outros dominam o macuxi e outros ainda dominam o ingaricó. Mas há também indivíduos que dominam as três línguas, outras que dominam apenas uma língua indígena e o português e há outros que dominam apenas as línguas indígenas. (2014).

O domínio da língua portuguesa, a língua majoritária, na escola ou no meio em que ela está inserida, permite que as populações indígenas conheçam como se desenvolver na sociedade, e ainda, que tenham acesso a informações e tecnologias variadas.

Considerando os conceitos apresentados anteriormente de Dubois, é perceptível que nesta comunidade há bilinguismo/plurilinguismo, pois, segundo o colaborador, os indígenas trocam informações entre si para preservar sua língua materna, seja esta indígena ou não.

7. Considerações finais

A pesquisa nos mostrou que o povo indígena da etnia em referência, embora seja a maior em maior número em Roraima, ainda se considera um grupo pequeno. Isso pode ser atribuído um sentimento de perda

que identificamos referente ao uso da língua de origem, língua macuxi, pela comunidade. No entanto, ficou claro que, para o nosso entrevistado, ser um falante da língua materna de sua etnia, de língua portuguesa ou de outra língua, não o faz perder sua originalidade na sociedade em que vive.

Embora a pesquisa tenha sido desenvolvida dentro de uma comunidade indígena, a maioria deles não fala a língua materna de sua etnia, apenas os mais velhos. No entanto, os jovens estão aprendendo a própria língua nas salas de aula. A escola conduz o ensino da língua macuxi conforme se apresenta no sistema, ou seja, com poucas aulas por semana, conforme informações do colaborador.

A maioria dos indígenas da comunidade fala apenas o português, a língua majoritária. Segundo os dados coletados, o fato de não falar a língua materna não faz o indígena sentir-se mais ou menos índio, claro que a língua é o maior meio de preservação de uma cultura, mas não o único.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo o índio, ele é um ser que se adapta, se desenvolve visando às mudanças para sua própria sobrevivência. Entendemos que pode haver perdas sim em relação à cultura, à língua, mas há também ganhos e valorização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. *Língua materna: letramento, variação e ensino*, 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEC, 1998.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Vozes, 2006.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 2011.

FERRAREZI, Celso Junior. *Semântica para a educação básica*. São Paulo: Parábola, 2008.

FERRAZ, Maria José. *Ensino da língua materna*. Lisboa: Caminho, 2007.

FREITAS, Aimberê. *Geografia e história de Roraima*. Boa Vista: DLM, 2001.

FREITAS, Déborah de B. A. P. *Algumas questões de linguagem em ensino, pesquisa e extensão*, Boa Vista: UFRR. 2013. (Coleção Pet-Letras, vol. 1).

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Org.). *As leis e a educação escolar indígena: Programa parâmetros em ação de educação escolar indígena*. Brasília, 2001.

HAMERS, J. F.; BLANC, M. H. A. *Bilinguality and Bilingualism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989

MAHER, Therezinha Machado. O bilinguismo e o aluno indígena. In: VEIGA, Juracilda; FERREIRA, Maria Beatriz Rocha. (Orgs.). *Anais do 6º Encontro sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas: Desafios Atuais da Educação Escolar Indígena*. Campinas: ALB, Núcleo de Cultura e Educação Indígena, 2005.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.